

**LEI Nº 2.064, DE 24 DE MARÇO DE 1993.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PARCELAMENTO DE  
DÍVIDA DO MUNICÍPIO PARA COMO  
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE  
SERVIÇO FGTS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, e eu,~~  
**~~PREFEITO MUNICIPAL~~** sanciono a seguinte lei:

~~**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal de Alegre/ES, autorizado a contratar parcelamento de dívida do Município para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço F.G.T.S., através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução nº 094/93, de 16/02/93, do Conselho Curador do F.G.T.S., no valor atualizado até 23/03/93, na importância de Cr\$ 2.552.521.924,43 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros e quarenta e três centavos).~~

~~**Art. 2º** Para a garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Municípios F.P.M., durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta Lei.~~

~~**Art. 3º** O Poder Executivo consignará nos orçamentos plurianual do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.~~

~~**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 24 de março de 1993, 102º da Fundação~~

~~**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA** — Caléu  
— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

